



REEDIÇÃO DAS OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

Fundação Alexandre de Gusmão

REEDIÇÃO DAS OBRAS DO
BARÃO DO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Eduardo dos Santos

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

*Centro de História e
Documentação Diplomática*

Diretor

Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

REEDIÇÃO DAS OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO



Brasília - 2013

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Guilherme Lucas Rodrigues Monteiro
Jessé Nóbrega Cardoso
Vanusa dos Santos Silva

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2013

Reedição das obras do Barão do Rio Branco / Comissão organizadora da celebração do primeiro centenário da morte do Barão do Rio Branco. -- Brasília : FUNAG, 2013.

52 p.; 21 cm.

Discursos de Antônio de Aguiar Patriota e Manoel Gomes Pereira. Texto de Francisco Doratioto.

1. José Maria da Silva Paranhos Junior (Barão do Rio Branco).
2. Centenário de falecimento. I. Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 347.71"552.1:7129" (=81)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Talita Daemon James – CRB-7/6078
Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

COMISSÃO ORGANIZADORA DA CELEBRAÇÃO DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA MORTE DO BARÃO DO RIO BRANCO

PRESIDENTE:

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

MEMBROS:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
*Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis,
Senado Federal*

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

COMITÊ EXECUTIVO:

Coordenador-Geral:

Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações
Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa
de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:

Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História
e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:

Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação
Social do Ministério das Relações Exteriores

SUMÁRIO

Palavras do Senhor Ministro de Estado por ocasião do
lançamento das Obras do Barão do Rio Branco9

Antonio de Aguiar Patriota

Nota sobre a reedição das Obras do Barão do Rio Branco.....17

Manoel Gomes Pereira

O Barão do Rio Branco moldando o Brasil moderno27

Francisco Doratioto



PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO POR OCASIÃO DO LANÇAMENTO DAS OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

INSTITUTO RIO BRANCO, 7 DE FEVEREIRO DE 2013

É sempre com grande satisfação que venho ao Instituto Rio Branco (IRBr) e me dirijo aos nossos colegas mais jovens. Esta manhã tem um simbolismo especial. Lançaremos, no instituto que leva seu nome, a segunda edição das *Obras do Barão do Rio Branco*, uma feliz iniciativa da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), e o faremos em ato que encerrará as homenagens que, ao longo dos últimos 12 meses, procuramos prestar a José Maria da Silva Paranhos Júnior, por ocasião do centenário de sua morte.

Agradeço aos prefaciadores das *Obras do Barão do Rio Branco* que nos honram com sua presença. Não deixo, uma vez mais, de cumprimentar o embaixador Manoel Gomes Pereira pela dedicação e pela competência com que coordenou a Comissão Or-

ganizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco. Registro meu apreço, sobretudo, pelo alcance das atividades com que homenageamos a memória de Rio Branco. Não me refiro só ao Barão chanceler, mas também ao chefe de missão, ao historiador, ao jornalista, ao parlamentar, ao professor, ao colecionador de iconografia, ao objeto de retração iconográfica – todas essas dimensões estiveram contempladas na rica programação do centenário de morte do Barão. E agora, para completar essa série de homenagens, trazemos à cena o Rio Branco autor, com o lançamento da segunda edição de suas *Obras*.

O embaixador Manoel Gomes Pereira, que também coordenou os esforços que culminaram na bela publicação que hoje se apresenta ao público, nos proporcionará, dentro em breve, explicações editoriais a respeito dessa coleção de 12 volumes, que agrega significativo valor à edição precursora, de 1945. Em seguida, teremos o privilégio de assistir à conferência que o professor Francisco Doratioto, titular da disciplina História das Relações Internacionais do Brasil, proferirá sobre o patrono da diplomacia brasileira. Desde logo, professor, muito obrigado por compartilhar conosco este momento.

Senhor secretário-geral, senhor diretor-geral do IRBr, caros alunos, senhoras e senhores, não é por acaso que encerro o ciclo de atos alusivos ao centenário de morte de Paranhos Júnior neste instituto. Quis, com isso, singularizar uma vertente de Rio Branco que é cara a todos os que integramos o serviço exterior brasileiro e, de modo muito particular, aos que iniciam uma carreira no Itamaraty: a vertente do homem de ação diplomática. Não me estenderei sobre a vida e os feitos de Rio

Branco. Primeiro, porque o professor Doratioto o fará; segundo, porque muito já pude dizer em diferentes oportunidades no centenário que se conclui. Faço questão, porém, neste instituto, de ressaltar o diplomata preparado e politicamente sensível.

A grande obra que Rio Branco nos legou, não se discute, foi o traçado de nossas fronteiras, definidas de forma pacífica pela negociação direta ou pelo arbitramento. Uma obra que, como costume comentar, podemos ter, por vezes, certa dificuldade de avaliar devidamente, em razão de estar tão plenamente incorporada a nosso patrimônio coletivo. No entanto, ela se revelou essencial para que desenvolvêssemos, desde as primeiras décadas do século XX, uma inserção internacional segura e confiante na região e em outros quadrantes do mundo.

Contudo, Rio Branco nos deixou também algo a que em geral nos referimos como “estilo de atuação”. Modernizou nossa Chancelaria e nossos modos de operar. Isso não quer dizer que se mostrasse em tudo um modernizador. Sabemos que não é assim. Nascido e educado no século XIX, era, em muitos aspectos, reflexo de seu tempo, o do Segundo Reinado brasileiro – dos princípios supostamente liberais que conviviam com a escravidão – e o das quase três décadas que viveu na Europa, testemunhando o esfacelamento da ordem gestada no Congresso de Viena.

Justo é reconhecer, no Barão do Rio Branco, um exemplo que nos inspira através das gerações. Rio Branco afirma-se, em primeiro lugar, como diplomata de formação sólida. Nos anos passados na Europa, até o início do decênio de 1890, dedicou-se ao estudo do Brasil e de suas principais Questões de Limites, sem saber das importantes incumbências que o futu-

ro lhe reservava. Aprofundou-se nos limites com a Argentina (com ênfase na Questão de Palmas), tema do qual, como lembra Luiz Viana Filho, seu pai havia sido o primeiro negociador brasileiro.

Nas temporadas em Paris, quando cônsul em Liverpool e, mais ainda, no período em que assumiu, cumulativamente, a Superintendência do Serviço de Imigração, com sede na capital francesa, adquiriu livros, mapas, documentos. Adquiriu-os em quantidade e entregou-se a seu exame metucioso. Por curiosidade intelectual, sem dúvida, mas, acima de tudo, pelo interesse até obsessivo de melhor compreender os direitos do Brasil.

Assim foi que, em 1893, quando morreu, em Washington, Aguiar de Andrada, o chefe da missão para a defesa do Brasil na Questão de Palmas, Rio Branco foi convidado a substituí-lo e aceitou o chamado de imediato. Sabia que dominava como ninguém aquele dossiê. De fato, o lastro histórico e geográfico da argumentação que Rio Branco articulou foi determinante para convencer o árbitro da questão, o então presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, do bom fundamento das teses do Brasil.

Um laudo arbitral integralmente favorável ao país compensava, assim, o árduo trabalho de preparação da missão brasileira, comandado com singular zelo por Paranhos Júnior. Entretanto, não foi apenas seu preparo que sobressaiu. Rio Branco afirmou-se também como o diplomata sensível, sempre atento às realidades que o circundavam. Tinha presente a complexidade do fenômeno político. Sabia que a política externa se constrói a partir das condições internas à sociedade que a sustenta

e, também, dos constrangimentos e das possibilidades vigentes no plano internacional. Não se iludia quanto às vicissitudes que ainda fragilizavam o Brasil no início da República. Contudo, ao mesmo tempo, discernia com clareza as transformações que operavam no sistema internacional na primeira década do século XX e via nelas valiosas oportunidades de ação externa.

O chanceler Paranhos tinha ciência das limitações internas – políticas, sociais, financeiras. Tinha ciência também, contudo, de que o mundo mudava e de que a habilidade de antecipar novas configurações de poder e de traduzir essa antecipação em políticas consequentes constituiria um relevante ativo diplomático, possivelmente capaz, em alguma medida, de fazer contrapeso ao passivo doméstico. Talvez por isso e por orgulhar-se da grandeza do Brasil não se deixou intimidar pelas dificuldades que ainda se impunham internamente no país.

Sem se afastar do pragmatismo que marcou sua trajetória, sem se alhear à realidade tangível das coisas, engajou-se em conquistar espaços para o país. Foi o que fez ao promover o Tratado ABC, que reuniu Argentina, Brasil e Chile. Ou ao levar o governo brasileiro, pelas mãos de Rui Barbosa, a uma participação ativa na II Conferência de Paz da Haia, em 1907. Ou, ainda, ao realizar, no Rio de Janeiro, no ano anterior, a III Conferência Internacional Americana. Naturalmente, não se tratava de perseguir o prestígio pelo prestígio; tratava-se de acumular capital político para projetar o que se consideravam ser os melhores interesses do Brasil.

Uma política de cordial inteligência entre os países que se associaram sob o Tratado do ABC, por exemplo, se ligava ao propósito de induzir comportamentos tendentes à cooperação na

América do Sul. Para citar Álvaro Lins, buscava-se um condomínio de nações “contra quaisquer sonhos imperialistas ou projetos de hegemonia”. A II Conferência de Paz da Haia, por sua vez, dava ensejo a que o Brasil propugnasse, perante as grandes potências do momento, o primado da igualdade soberana dos Estados. A III Conferência Internacional Americana inseria-se no Pan-Americanismo de uma política externa que privilegiava a aproximação com Washington, com vista a um novo equilíbrio frente às relações fortemente voltadas para a Europa. Neste ponto, mais que em qualquer outro, procurava, nitidamente, colocar o Brasil na vanguarda dos movimentos internacionais associados ao deslocamento do principal eixo de poder do Velho para o Novo Mundo.

Para além dos atributos da formação e da sensibilidade política, Rio Branco afirmou-se, ainda, como o diplomata que, se podia recolher-se por semanas e meses a fio na solidão de um gabinete de trabalho, nem por isso descurava das relações humanas. Cultivava seus interlocutores. Mesmo antes de tornar-se, ainda em vida, com ou sem exagero, quase um monumento do Brasil – quando, aí, sua simples presença já valia por um fato político e social –, excedia-se na arte de convencer e de seduzir, de compreender para ser compreendido. E não lhe escapava que a diplomacia, por vezes, pode ser uma dramaturgia.

Volto à Questão de Palmas. É novamente Luiz Viana Filho quem dá conta de uma visita de cortesia que, como mandava a praxe, Estanislao Zeballos, defensor da causa argentina, fez a Rio Branco em Nova York, onde ambos estavam, em função do processo arbitral em torno da questão. Zeballos mostrava-se particularmente autoconfiante. Rio Branco, naquela altura,

gozava de plena convicção quanto aos direitos brasileiros e à eficácia das teses que sustentaria. Contudo, não passou recibo. Fingiu-se hesitante e preocupado. Com isso, influiu ainda mais o interlocutor, que, despistado pelo Barão, telegrafou a Buenos Aires: “[...] Convenci-me de que o ministro Paranhos teme seriamente os fundamentos argentinos.”

Senhor secretário-geral, caros colegas, não se trata de idealizar o Barão do Rio Branco. Um dos desafios que nos impusemos nas homenagens à sua memória neste centenário de morte foi o de escapar à retórica fácil e vazia. Foi o de evitar que, na tentativa de transformá-lo em uma estátua de mármore, acabássemos por deixar escapar o que mais importa: sua humanidade e seu real significado para o Brasil. Portanto, nada de mistificações. Fiquemos com o que nos é dado saber sobre Rio Branco, e aí já temos material suficiente para identificar um homem que, com suas imperfeições e preconceitos, foi um estadista a serviço do Brasil. Um estadista e um diplomata que, repito, nos inspira através das gerações.

Sob a égide de Rio Branco, continuaremos a valorizar a formação continuada de nossos quadros. Continuaremos a conceber e a executar nossa política externa a partir das realidades concretas da sociedade que representamos e do mundo em que nos inserimos. No nosso caso, hoje, uma sociedade que, apesar dos obstáculos que ainda temos pela frente, se torna cada vez mais próspera e mais justa, empenhada, como afirma a presidenta Dilma Rousseff, em erradicar a pobreza ao mesmo tempo que se capacita a gerar alta tecnologia, a inovar. É um mundo caracterizado pela desconcentração do poder, razão pela qual se abrem oportunidades de ação diplomática, em algumas instân-

cias, sem precedentes. Continuaremos a nos aprofundar na dimensão humana da diplomacia, o que implica abertura a novos idiomas, a novas culturas, ao outro. Continuaremos, enfim, a ter como importante referência os padrões de atuação diplomática que pautavam Rio Branco, com as raízes bem fincadas na América do Sul, que é nosso ambiente imediato – ambiente de paz e de desenvolvimento –, e os olhos postos na diversidade do conjunto da comunidade internacional, que é o horizonte natural de um país como o Brasil.

Muito obrigado

Antonio de Aguiar Patriota



NOTA SOBRE A REEDIÇÃO DAS OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota,

Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral das Relações
Exteriores, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira,

Excelentíssimo Senhor Diretor-Geral do Instituto Rio
Branco, Embaixador Georges Lamazière,

Excelentíssimos Senhores subsecretários,

Caro professor Francisco Doratioto,

Caros prefaciadores,

Caros colegas e alunos do Instituto Rio Branco.

Desde outubro de 2010, quando o então secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Antonio de Aguiar Patriota, convocou-me para coordenar a homenagem do primeiro centenário de morte de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, propus a reedição das *Obras do Barão do Rio Branco* como um dos pontos altos da efeméride. Creio que não poderia haver ocasião

mais oportuna para seu lançamento, pelo senhor ministro, que esta cerimônia de encerramento da homenagem.

O primeiro motivo que encontrei para a nova edição foi o de que a publicação de 1945 era de acesso difícil aos estudiosos, encontrada apenas em bibliotecas ou em livrarias antiquárias. Releva notar que as *Obras do Barão do Rio Branco* não estão disponíveis na internet.

A ideia inicial, que perdurou até a sua concretização, foi a de que, em linha com nossos colegas de 1945, a reedição deveria manter vivo o espírito do barão, para passá-lo às gerações seguintes. O trabalho de há 68 anos foi perfeito na seleção dos temas tratados pelo grande chanceler.

No entanto, a reedição poderia apresentar algo em termos de “atualização” das *Obras do Barão do Rio Branco*. A primeira providência, já indicada no prefácio, de autoria do senhor ministro, foi traduzir para o português todos os textos da coleção que estivessem em língua estrangeira. Três volumes (os das memórias das Questões da Guiana Francesa e da Guiana Inglesa) tiveram de ser traduzidos integralmente. Outros (especificamente a memória da Questão de Palmas e as *Efemérides brasileiras*) foram examinados, com vista à tradução de pequenos trechos em alemão, espanhol, inglês, francês e latim. A tradução do *Esboço da história do Brasil*, incluído no volume Estudos Históricos, feita pelo embaixador Sérgio Bath, teve seu mérito registrado no prefácio. Dessa maneira, os estudiosos e o público em geral terão acesso facilitado às *Obras do Barão do Rio Branco*.

A edição de 1945 incluiu uma curta apresentação do então secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Pedro Leão

Velloso, e um volume da erudita Introdução às obras do Barão do Rio Branco, de autoria do embaixador Arthur Guimarães de Araújo Jorge, um dos secretários de Rio Branco. Ambos os textos foram mantidos nesta reedição.

Além do Prefácio às *Obras do Barão do Rio Branco*, todos os volumes contêm introduções específicas, para permitir que o leitor do século XXI aprecie o talento poligráfico do grande chanceler e sua vasta cultura histórica e geográfica. A seleção dos autores buscou combinar acadêmicos e diplomatas em atividade ou já aposentados, de forma a apresentar diversas visões sobre a obra de Rio Branco. Assim, pudemos contar com especialistas como o professor Francisco Doratioto, quem não só tratou da Questão de Palmas, mas também profere palestra nesta solenidade; o doutor José Theodoro Menck (Guiana Inglesa ou Pirara); os embaixadores Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão (Guiana Francesa); Synésio Sampaio Góes (Exposições de Motivos aos projetos de lei que encaminharam ao Congresso Nacional os Tratados de Limites); Luís Felipe de Seixas Corrêa (*Efemérides brasileiras*), Sérgio Fernando Guarischi Bath (*Estudos históricos*) e Carlos Henrique Cardim (*Biografias*). Ao embaixador Rubens Ricupero coube escrever a introdução à introdução de Araújo Jorge. Creio que as *Obras do Barão do Rio Branco* ganharam em qualidade com esses textos, pelo que sou muito grato aos seus autores.

Fui alertado, por observação do embaixador Roberto Luiz Assumpção de Araújo, um dos organizadores da edição de 1945, de que:

Quando, em 1944, nos trabalhos da Comissão Preparatória da celebração de seu [de Rio Branco] nascimento, pensou-se em incluir no plano das obras um tomo especial de discursos, não faltaram ponderações em contrário. Supondo que as páginas oratórias do grande ministro não excederiam em muito às que a tradição conservara [...], julgaram alguns de melhor aviso inseri-las, com as obras menores, num volume de vários escritos.

Essa ideia foi felizmente afastada, e preferi eu mesmo escrever a introdução ao volume IX, não a entregando a um especialista. Nessa decisão há um tanto de interesse pessoal, uma vez que para elaborar o que denominei “apresentação” teria de contextualizar os 52 discursos, o que me permitiria conhecer melhor a história do Brasil, especialmente sua vertente diplomática na primeira década do século XX. A necessidade de contextualização, como sabemos, decorre do curto prazo de validade dos discursos. De fato, como ocorre com as caricaturas, o interesse dos discursos perde-se pouco tempo após sua feitura, já que os incidentes que motivaram aquelas e estes são esquecidos rapidamente. O texto introdutório visa, pois, situar o leitor no momento histórico em que aquelas páginas foram escritas.

Releva notar que, dos 52 discursos, os três primeiros são pronunciamentos na Assembleia Geral Legislativa do Império, na qual o Deputado Geral Paranhos Júnior teve assento pela província de Mato Grosso de 1869 a 1875. Os cinco seguintes referem-se à apresentação de credenciais e de revocatórias em suas missões diplomáticas: Washington, Berna e Berlim. A partir do nono, falou como chanceler, ainda que nem sempre o contexto fosse o governamental. Louvo, assim, a decisão de nossos colegas

de 1945 de não incluir os discursos em um volume de “vários escritos”, o que os faria possivelmente perder relevância.

Criado para esta reedição, o décimo volume das *Obras do Barão do Rio Branco*, intitulado *Artigos de imprensa*, deve muito à sensibilidade do embaixador Alvaro da Costa Franco, autor da respectiva introdução, na seleção dos textos anteriormente publicados nos *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática*, de que foi diretor, e ao zelo de seus pesquisadores em obter cópia fotográfica da coleção completa do jornal *A Nação* na Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. No entanto, a responsabilidade pela seleção final dos artigos é inteiramente minha, com base nas informações de Álvaro Lins, coletadas de sua biografia do chanceler, reeditada pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) em parceria com a Editora Alfa-Omega em 1996, e de Cláudio Ganns, adquiridas na “Contribuição para o estudo de Rio Branco”, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no volume 187 (abril-junho de 1945, p. 186-246), que é a compilação da bibliografia sobre o barão no centenário do seu nascimento.

Incluí, assim, artigos que trataram de temas nacionais e internacionais relevantes para o gabinete Rio Branco (1871-1875). Juca Paranhos se ocupou do problema da eventual escassez de braços para a lavoura em decorrência da Lei do Ventre Livre, iniciativa do visconde, seu pai. Para remediar esse possível problema, defendeu a imigração em artigos em que procurou informar a nossos cônsules, agentes de imigração e governos dos países dos quais tínhamos interesse de receber imigrantes a respeito das condições oferecidas aos estrangeiros no Brasil. Tarefa difícil, já que concorriamos, como nação receptora, com a Argentina, o Uruguai e os Estados

Unidos, tendo a desvantagem de sermos um país onde a escravidão disputava espaço com o trabalho livre, podendo então ter ocorrido uma aplicação da conhecida Lei de Gresham, segundo a qual a moeda má expulsa a boa ao campo laboral. Com efeito, há abundantes testemunhos de maus-tratos aos colonos estrangeiros, em confronto com o dado aos escravos. Em consequência, os países de emigração adotaram medidas como o Rescrito Heidt, decreto de 1859 que proibiu a vinda de prussianos para o Brasil em razão das informações sobre o tratamento dado àqueles colonos no Brasil.

O artigo de 27 de maio de 1874, intitulado “O senhor visconde do Rio Branco”, trata da discussão do voto de graças, na Câmara dos Deputados, em resposta à fala do trono, na abertura do ano legislativo, em 3 de maio. Um dos pontos tratados foi a Questão Religiosa, assunto delicado, pois em um país de religião oficial católica o visconde, grão-mestre da maçonaria, condenada pelo *Syllabus* de Pio IX, era também o chefe do Poder Executivo. O governo terminou por enviar a Roma, em missão ultrassecreta, o barão do Penedo, para impetrar da Santa Sé o cancelamento dos interditos lançados pelos bispos do Pará e de Olinda e Recife a certas irmandades e confrarias religiosas que se recusavam a expulsar seus membros maçons, e solicitar-lhe impor moderação a ambos os prelados. Penedo, que foi, como sabemos, um dos mais hábeis diplomatas do Império, levou a missão a bom termo, auxiliado por sua condição de latinista, que impressionou favoravelmente a Cúria. O processo aos prelados que estava em curso, todavia, terminou por condená-los à prisão com trabalhos forçados. O imperador, no entanto, logo os anistiou.

A seleção inclui ainda o primeiro artigo da série com as notas que Juca Paranhos escreveu para a obra *A Guerra da Tríplice*

Aliança contra o governo da República do Paraguai, do alemão Louis Schneider. Trata-se de trabalho de fôlego, publicado em 25 de novembro de 1874, o primeiro que lhe deu reconhecimento público de seu talento como historiador. Ao ler as notas que o jovem jornalista e deputado elaborara, o então ministro da Guerra, conselheiro João José de Oliveira Junqueira, solicitou-lhe revisão de toda a obra de Schneider, para corrigir-lhe as imperfeições. O resultado, como sabemos, superou todas as expectativas. As notas ultrapassam, em informação e em tamanho, o original. Sua reedição, com o livro de Schneider, é uma das tarefas que a Funag cumprirá, entendo, no futuro próximo. Certamente, o volume X não contém toda a produção do futuro chanceler em *A Nação*, mas dá segura medida de sua vocação para o jornalismo.

Uma última observação sobre a coleção que está sendo lançada: as *Obras do Barão do Rio Branco* muito ganharão, em termos de difusão entre os estudiosos e o público, se forem colocadas à disposição de todos na internet. Sabemos que as edições da Funag não são muito grandes, mas muito procuradas. A das *Obras do Barão do Rio Branco*, creio, totalizou 2.500 coleções. A versão eletrônica, no *site* que a fundação criou para o Rio Branco, evitaria o problema que já mencionei em relação à edição de 1945, o de que hoje só é encontrada em bibliotecas ou quase sempre em volumes esparsos em livrarias antiquárias.

Quero agradecer mais uma vez ao ministro de Estado, quem, com sua convocação/convite, deu-me a oportunidade de me dedicar, em tempo integral, durante 25 meses (de janeiro de 2011 ao dia de hoje, 7 de fevereiro de 2013), à preparação e à execução da homenagem do primeiro centenário da morte do nosso patrono.

Agradeço muito ao secretário-geral pela orientação segura e amiga e pela confiança com que me distinguiu durante todo esse tempo.

À Funag sou muito grato, em especial aos seus presidentes, embaixadores Gilberto Saboia e José Vicente Pimentel, a seus funcionários administrativos, pelo espaço e pela infraestrutura que me cederam, pela equipe que puseram à minha disposição e, principalmente, pela presteza com que sempre me atenderam. Aliás, sem o apoio dos pesquisadores do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (Ipri), em especial dos senhores Gabriel Oliveira Marçal Ferreira, Luiz Alfredo Mello Vieira e Luiz Antônio Correia de Medeiros Gusmão, a organização e a realização do seminário internacional sobre Rio Branco, em maio de 2012, teriam sido muito mais árduas.

Uma palavra de agradecimento também ao Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), nas pessoas do embaixador Maurício Cortes Costa e da doutora Maria do Carmo Strozzi Coutinho, por sua permanente disposição em apoiar a homenagem da efeméride, não só pelas busca e obtenção já mencionadas dos originais de *A Nação*, mas também de outros documentos no Arquivo Histórico e na Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, o que permitiu uma reedição inteiramente fiel à coleção de 1945.

Finalmente, sem a equipe que trabalhou comigo a partir de maio de 2011, composta pelas senhoras Eliane Miranda Paiva, responsável pelo trabalho de preparação dos originais, e Pablinne Stival Marques Gallert, minha secretária, bem como pelos digitadores André Luiz Ventura Ferreira e Vanusa dos Santos Silva, esta reedição das *Obras do Barão do Rio Branco* não

teria se concretizado no prazo em que foi preparada, de cerca de 17 meses, a tempo de que fosse lançada no quadro da homenagem do primeiro centenário da morte do Barão do Rio Branco.

Muito obrigado

Manoel Gomes Pereira



O BARÃO DO RIO BRANCO MOLDANDO O BRASIL MODERNO

Francisco Doratioto¹

Analisar personagem da estatura do Barão do Rio Branco, consensualmente reconhecido como homem que marcou sua época e cujas concepções de política externa repercutem até hoje, constitui verdadeiro desafio para o historiador. Trata-se de evitar a armadilha de construir texto meramente ratificador de suas realizações diplomáticas, sem as contextualizar historicamente. As constantes releituras sobre o barão, quer as enaltecedoras, quer aquelas elaboradas para defender políticas de governos posteriores à sua morte, mitificaram-no. Afirmou, com razão, o embaixador Antonio Patriota que a “monumentalização” de Rio Branco tem o efeito paradoxal de “turvar a compreensão do seu real significado para o Brasil”². Acrescento que

1 Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília, pesquisador PQ2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de História no Instituto Rio Branco (IRBr).

2 PATRIOTA, Antonio de Aguiar. Pronunciamento do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores em sessão solene da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, alusiva ao centenário

a “monumentalização” também turvou a compreensão do significado do conceito de Brasil que tinha o Barão do Rio Branco. Apresentarei algumas reflexões sobre esses dois significados em sua trajetória de vida, em um esforço – temerário, reconheço – de acrescentar algo à variedade e à riqueza de análise dos textos gerados no programa Centenário da Morte do Barão do Rio Branco, coordenado pelo embaixador Manoel Gomes Pereira.

Quanto mais se estuda o Barão do Rio Branco, afirmou o embaixador Seixas Corrêa, mais parece estar faltando alguma coisa, “como se faltasse algum elemento fugidio que, descoberto, pudesse trazer novas e originais revisões do personagem”³. Compartilho essa sensação de “faltar algo” e creio que ela é resultado, de um lado, de que o olhar de admiração sobre Rio Branco, lançado por gerações de brasileiros e com as releituras a que nos referimos, criou uma espécie de névoa intelectual em torno de sua figura, o que dificulta compreender as diferentes dimensões de suas iniciativas. De outro lado, voltamos nosso olhar para o passado não só com a natural curiosidade de saber como os fatos ocorreram, mas também para buscar respostas às preocupações do presente. Assim, cada geração apresenta novas indagações ao passado e a seus personagens, os quais, nesse contínuo revelar-se, parecem estar em movimento, como se estivessem se esgueirando de nós e se recusando a mostrar-se por inteiro, pois está sendo “reconstruído” seguidamente. Desse modo, a “monumentalização” do personagem histórico a que

da morte do Barão do Rio Branco. *Cadernos do CHDD*, Rio de Janeiro: Funag, ano 11, número especial, p. 306, jul.-dez. 2012.

3 SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe. O Barão do Rio Branco chefe de missão: Liverpool, Washington, Berna e Berlim. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. Brasília: Funag, 2012. p. 31.

se referia o embaixador Patriota dificulta a compreensão do barão, ao apresentá-lo como portador de sabedoria absoluta e invariável no tempo, quando, na realidade, foi sujeito e resultado de um processo histórico. Visto nesta perspectiva, Rio Branco remete à reflexão de como ele pôde, há cem anos, responder aos desafios de um mundo e de um Brasil em transformação, sem perder de vista os interesses nacionais permanentes – como a independência e a defesa do espaço territorial, que interessam a toda a sociedade brasileira e não apenas a parte dela – e construir outros, em resposta às novas realidades.

“Monumentalizar” personagens históricos não permite esse tipo de reflexão, mas apresentá-los com suas limitações pessoais e de época nos leva a buscar respostas de como fizeram para superá-las. Para o historiador, essa postura vai ao encontro de sua razão de ser, a de reconstruir e explicar acontecimentos passados, ainda que ciente da impossibilidade de fazê-lo de forma absoluta, definitiva. Para o diplomata brasileiro, por sua vez, a “humanização” do barão significa saber que, mesmo sendo utópicas a perfeição pessoal e o contexto ideal para a ação do agente diplomático, as limitações individuais e as dificuldades da realidade negociadora podem ser enfrentadas com pragmatismo, erudição, trabalho e ponderação. Com essas características, Rio Branco encarou desafios e contribuiu para a modernização do Brasil, ao ser, no geral, bem-sucedido em redefinir a inserção sul-americana e mundial do país.

A trajetória do Barão do Rio Branco foi, em boa parte de sua vida, a de um homem aparentemente comum, destinado a ser burocrata menor, no sentido weberiano, e intelectual conhecido no círculo restrito de amigos, para os quais era o Juca Paranhos,

diminutivo de José Maria Paranhos Júnior. No entanto, ao ter *virtú* e *fortuna* – competência e sorte –, ele refez seu destino, deu novo sentido à vida e realizou impressionante obra diplomática, cujas diretrizes e métodos repercutem até nossos dias. Essa trajetória, em lugar da “monumentalização” de Rio Branco, é a mais verdadeira e a que mais pode ser útil ao trabalho e à construção do *ethos* dos diplomatas brasileiros.

A figura de José Maria da Silva Paranhos Júnior transcende o Itamaraty para fazer parte da nossa identidade nacional. Sua obra e seu nome, com ou sem título nobiliárquico, estão presentes em nossa rotina diária, pois vivemos no espaço geográfico por ele moldado, nos inserimos no mundo com valores em parte herdados dele e encontramos a designação de Rio Branco não só em praças, ruas e avenidas pelas quais transitamos nos nossos afazeres diários, mas também em clubes que frequentamos e, mesmo, na capital de um estado, o Acre. É raro um diplomata fazer parte do panteão memorialístico nacional na condição de herói, e no caso de Rio Branco isso se explica, em grande parte, por ter ele obtido, de 1893 a 1909, o reconhecimento da soberania brasileira sobre 900 mil km², ou seja, mais de 10% da área atual do Brasil⁴. Sem esse reconhecimento, embora continuasse verdadeiro o verso “Sobre a imensa Nação brasileira”, do Hino à Bandeira, seria menor a “A grandeza da Pátria”, cantada em outro verso. Hino que, aliás, foi oficializado quando o barão era ministro das Relações Exteriores; entre seus versos, encontra-se também o “Salve símbolo augusto da paz”. São versos que

4 SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de. O Barão do Rio Branco no centenário de sua morte: memória, inspiração, legado. *Cadernos do CHDD*, Rio de Janeiro: Funag, ano 11, número especial, p. 275, jul.-dez. 2012.

sintetizam os objetivos da ação diplomática de Rio Branco: a defesa da grandeza do Brasil, tanto no aspecto territorial quanto na sua presença internacional, e a busca da solução pacífica para divergências externas. Ele se orgulhava de o Brasil ser grande e tinha convicção da legitimidade e da legalidade histórica dessa grandeza. Também estava convencido de que, nas relações do Brasil com outros países, particularmente os vizinhos, os melhores benefícios seriam alcançados em um ambiente de paz e cooperação, conclusão hoje consensual, mas que não o era no início do século XX. A construção do gigantismo territorial pela ação diplomática, embasada no Direito Internacional, na negociação e na transação, em lugar do recurso ao uso da força, faz parte da imagem de povo pacífico que os brasileiros fazem de si próprios. O ser grande, pacífico e conciliador compõe, no imaginário popular brasileiro, a nossa identidade nacional.

Rio Branco foi o primeiro homem público a ser admirado de forma consensual no Brasil republicano, cujo primeiro decênio se caracterizou não só pela polarização intelectual entre defensores do novo regime e aqueles que permaneceram fiel à Monarquia, mas também pelas lutas intestinas entre republicanos por cargos e prebendas públicas. O novo regime encontrava dificuldade em se legitimar, pois os republicanos frustraram promessas, agravaram a corrupção pública e o nepotismo, dos quais, quando opositoristas, acusavam a Monarquia. Em lugar de paz e prosperidade, conceitos caros ao pensamento positivista que embasou o movimento republicano contra o Estado Monárquico, o novo regime levou à carestia do custo de vida e recorreu às armas para enfrentar a Revolta da Armada, a Revolução Federalista no sul e o movimento de Canudos. Com pou-

cas realizações e méritos próprios a mostrar, os republicanos buscaram desmoralizar aquilo que os monarquistas defendiam como realizações e méritos do regime caído, inclusive os heróis do Brasil Império. A República não tinha, porém, heróis seus para colocar no lugar, o que a levou, inclusive, a recuperar a figura de Tiradentes, apresentando-o como defensor do Brasil contra a opressão de Portugal, quando na realidade o conjurado pensava em escala regional, nas Minas Gerais, o que, diga-se, não torna sua figura menos importante.

As vitórias de Rio Branco nas Questões do Amapá e de Palmas, contudo, eram reais e qualificaram-no, aos olhos da população, como novo herói, preenchendo um vazio no imaginário popular. Para uma sociedade cansada dos enfrentamentos políticos, das perseguições a adversários da República, supostos ou verdadeiros, e das lutas armadas, o barão era a imagem oposta, representativa da conciliação. Embora sua trajetória pessoal estivesse associada à deposta Monarquia e com esta se identificasse quanto aos valores conservadores, ele, simultaneamente, não repudiou a República. Rio Branco aceitou-a e a ela foi fiel. Sem renegar o passado, ressalvou que servia à nação brasileira, não a governos.

Até 1893, Paranhos Júnior pouco se destacara, preso a uma carreira burocrática e ofuscado pela figura do pai, o estadista do Partido Conservador José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco. Este, aliás, durante o século XX teve seu papel histórico ofuscado pela projeção do filho. Paranhos, pai, não era abastado nem se enriqueceu na vida pública, apesar de ter ocupado, entre tantos cargos importantes, o de presidente do mais longo Gabinete de Ministros do Império (1871-1875).

Juca Paranhos, após terminar o curso de Direito, iniciado em São Paulo e concluído em Recife, em 1866, teve de preocupar-se com o sustento próprio. Após passar dois anos na Europa, graças ao prêmio que ganhou em um bilhete de loteria e à ajuda do pai, tornou-se professor de *Corografia e História do Brasil* do Colégio Pedro II. Interessado no estudo da História, publicou, em 1865, o *Esboço biográfico do general José de Abreu, barão do Cerro Largo*, o que lhe valeu o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Iniciara-se nos estudos históricos com a publicação, em 1862, da biografia de Barroso Pereira, comandante da fragata *Imperatriz* na Guerra da Cisplatina (1825-1828), e, em 1864, de *Episódios da Guerra no Prata*. Já aí estava caracterizada sua paixão pela História Militar do Brasil.

Paranhos Júnior permaneceu pouco tempo como professor. Em 1869, foi nomeado promotor público de Nova Friburgo, na província do Rio de Janeiro, sem efetivamente adquirir experiência na função, pois nesse mesmo ano acompanhou o pai em missão ao Rio da Prata, para tratar da situação do Paraguai quando terminasse a guerra entre o país e a Tríplice Aliança (1865-1870). Nomeado oficial de Secretário, acompanhou o visconde do Rio Branco na sua segunda missão ao Rio da Prata, que se estendeu de outubro de 1870 a março do ano seguinte. Na primeira missão, entrou em contato com os estertores da Guerra do Paraguai e suas desgraças: viu nas ruas de Assunção, ocupadas pela tropa brasileira, vagarem principalmente mulheres e crianças maltrapilhas e esfomeadas e mutilados de guerra que mendigavam; entrou em contato com os militares brasileiros que, esgotados pelos mais de quatro anos de batalha, desejavam a paz e buscavam pretexto para obter licença, a fim

de se retirar de volta ao Brasil, em uma situação que beirava à indisciplina. Talvez essa seja a origem da aversão de Paranhos Júnior à guerra e suas reiteradas declarações, como chanceler, em favor de uma política externa orientada em favor da paz. Contudo, a mesma Guerra do Paraguai fez com que essa aversão não desconsiderasse a necessidade de o país ter meios de defender-se, pois fora pego militarmente despreparado para reagir à invasão paraguaia de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. Décadas mais tarde, ele afirmou: “Os povos que [...] desdenham as virtudes militares e se não preparam para a eficaz defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações consequentes da derrota⁵.”

Nas duas missões ao Prata, Paranhos Júnior assistiu a seu pai negociar com interlocutores argentinos, avessos à presença do Império na região. No entanto, também constatou a existência de líderes argentinos favoráveis a uma cooperação entre os dois países, como o caso de Bartolomé Mitre e seus aliados, e a importância da aliança com o país vizinho para a vitória sobre Francisco Solano López⁶. Nas experiências do futuro Barão do Rio Branco no Rio da Prata estão as origens de seu pensamento, quando chanceler, em favor de relações cordiais com a Argentina.

5 FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. Discurso do Barão do Rio Branco pronunciado em 15 de outubro de 1911 no Clube Militar. In: _____. *Obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Funag, 2012. v. IX (Discursos). p. 317.

6 DORATIOTO, Francisco. O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889). *Textos de História*, Brasília: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, v. 16, pp. 217-247, 2008. Certamente essas viagens contribuíram para as muitas anotações que Paranhos Júnior fez nos dois tomos de *A Guerra da Tríplice Aliança*, de autoria de Louis Schneider, conselheiro do rei da Prússia. Elas são mais importantes do que o próprio texto de Schneider, pois este o escreveu a distância, na Europa, sobre uma realidade que não conhecia e utilizando fontes precárias.

Em agosto de 1868, chamado por dom Pedro II, o Partido Conservador voltou ao poder. De imediato, conforme prática consagrada na política do Segundo Reinado, as Câmaras Legislativas foram dissolvidas e realizadas eleições, nas quais saíram vitoriosos os novos donos do poder – era o chamado “Parlamentarismo às avessas”, no qual o grande eleitor era o Imperador, por nomear e destituir gabinetes. Com os conservadores no poder, Paranhos Júnior elegeu-se, por esse partido político, deputado por Mato Grosso, quando sequer conhecia a província, pois não precisava pedir votos, que eram obtidos pelas lideranças locais do Partido Conservador. Em 1872, reelegeu-se, dessa vez visitando Mato Grosso, quando o pai, já portador do título de visconde do Rio Branco, presidia o Conselho de Ministros. Passou, então, a escrever no jornal conservador *A Nação*, que defendia as reformas implementadas pelo Gabinete do visconde do Rio Branco. Paranhos Júnior escreveu editoriais e artigos sob pseudônimo, defendendo o governo e criando um método que repetiria posteriormente, como chanceler, ao usar a imprensa para esclarecer medidas suas, em artigos nos quais não se identificava como autor, respondendo a críticos de sua política externa e buscando convencer a opinião pública de que elas eram corretas.

Ao final do segundo mandato como deputado, Paranhos Júnior tinha 30 anos e encontrava-se desempregado. Ao não dispor de fortuna pessoal ou familiar que lhe permitisse viver sem exercer uma atividade remunerada, decidiu lutar para obter o posto de cônsul no movimentado porto de Liverpool, na Inglaterra. Esse era o cargo no serviço consular brasileiro com melhor remuneração, constituída pela própria receita do con-

sulado. Ele necessitava de estabilidade e renda, pois tornara-se pai, embora permanecesse legalmente solteiro até 1888, quando se casou com a atriz belga Marie Philomène Stevens, mãe de seus cinco filhos. Juca Paranhos parecia ter abandonado ambições intelectuais e políticas ao optar pelo trabalho de cônsul-geral, cujas atividades eram legalizar documentos, cobrar taxas e atender a brasileiros com problemas (atividades importantes em si, mas para as quais seus conhecimentos da história brasileira e do Rio da Prata eram irrelevantes⁷). No entanto, sua peculiar solteirice aos 30 anos e sua fama de boêmio tornaram-no antipático a Pedro II, e Paranhos Júnior somente obteve a nomeação para Liverpool em 1876. Foi quando o imperador visitava os Estados Unidos, por ocasião dos festejos de centenário da independência norte-americana, e a princesa Isabel, regente do trono, assinou essa nomeação após intensas gestões nesse sentido realizadas pelo duque de Caxias e pelo barão de Cotegipe⁸.

A ida de Paranhos Júnior a Liverpool parecia ser o início de uma longa e obscura carreira burocrática, ainda que bem paga. Durante seu período como cônsul-geral, teve certa atividade intelectual, como a de redigir uma memória sobre o Brasil para a Exposição de São Petersburgo, na Rússia, em 1884, cuja missão brasileira no evento ele chefiou. Escreveu a “Equisse de l’Histoire du Brésil” para o livro *Le Brésil en 1889*, coordenado pelo ba-

7 “Nunca aspirei senão a servir modesta e obscuramente a nossa terra, como servi durante muito tempo na mocidade e mesmo no vigor dos anos, vivendo quase no isolamento, na solidão de meu gabinete de trabalho. Não me sentia feito para as posições de realce, para as lutas da vida pública [...]” FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. Discurso do Barão do Rio Branco pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: _____. *Obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Funag, 2012. v. IX (Discursos). p. 243.

8 RICUPERO, Rubens. *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica, 1845-1995*. Brasília: Funag, 1995. p. 36.

rão Frederico José de Sant'Anna Nery, a fim de apresentar o país na Exposição Universal de Paris, em 1889. Também foi autor do extenso verbete “Brésil” para a *Grande Encyclopedie*, de Lavasseur, e publicou as *Efemérides brasileiras* no *Jornal do Brasil*. Essa produção, porém, estava longe da conhecida ambição de Juca Paranhos, a de escrever um grande trabalho sobre a história militar brasileira. Durante os anos como cônsul poderia ter escrito obras de maior vulto, mas ele, nas palavras de Rubens Ricupero, “ocupou o tempo em acumular a extraordinária erudição histórica e geográfica que espantava os contemporâneos”⁹.

Com a instalação da República brasileira, em 1889, o Barão do Rio Branco recorreu às suas habilidades e amizades para não ser vítima da caça a monarquistas, supostos ou verdadeiros, promovida nos governos de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto. Seu cargo era atraente, e o título de barão, recebido em 1888, em nada lhe favorecia na nova realidade política brasileira. Carente de patrimônio pessoal, responsável por uma família numerosa e dependente de seus vencimentos consulares, Rio Branco não se solidarizou publicamente com o imperador deposto, mas também não renegou seu passado e as convicções monárquicas; manteve-se em silêncio. Essa postura revela características da personalidade do barão que ele transplantaria para sua futura ação diplomática: pragmatismo, lealdade e dignidade. Foi pragmático ao manter-se na função pública, vital para o sustento da família; leal ao não abjurar Pedro II, mesmo tendo o imperador se recusado a nomeá-lo para o serviço consular e o título de barão concedido pela princesa regente Isabel;

9 Idem. Relendo ARAÚJO JORGE, A. G. *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Funag, 2012. v. 1. p.13.

e digno por se subordinar ao novo regime como servidor do Estado, servidor do Brasil, sem o adesismo bajulador, como se viu no início da República.

A delicada situação de Rio Branco encontra-se demonstrada na carta que escreveu ao imperador deposto, quando este chegou a Lisboa:

Estive em Paris com o Conde de Nioac, a quem já havia escrito, e de viva voz repeti o pedido que em carta lhe fizera de beijar por mim a mão de Vossa Majestade e de assegurar-lhe que os meus sentimentos de dedicação e reconhecimento são e serão sempre os mesmos. Sinto que grandes encargos de família me não deixam a liberdade de ação que outros, mais felizes, ou menos infelizes, podem ter. Vossa Majestade me perdoará não ter ido até Lisboa, e suplico-lhe que diretamente ou por intermédio do Conde de Nioac me mande uma palavra de perdão que me dê algum conforto, pois nunca atravessei dias tão cruéis.

Coincidentemente, no dia em que enviou essa carta, Rio Branco recebeu telegrama de Lisboa com palavras que Pedro II dissera ao barão de Nioac, quando este apresentara as desculpas de Rio Branco por não estar presente: “Sei tudo, quero-lhe muito, diga que fique, peço que fique: é seu dever, sirva seu país¹⁰.”

Agindo para evitar ser atingido pelas perseguições do regime republicano, Rio Branco escreveu uma carta a Rui Barbosa, ministro da Fazenda do novo governo, agradecendo elogios que este fizera a seu verbete na *Grande Encyclopedie* e demonstnan-

10 RICUPERO, Rubens. Op. cit. pp. 50-51.

do aceitar a República como realidade definitiva. Não renegou, porém, o passado nem suas convicções, pois assinou a missiva utilizando a designação “barão”, quando o governo provisório proibira o uso de todos os títulos nobiliárquicos, e assim continuou a assinar durante toda a vida.

A carta a Rui Barbosa retrata a capacidade de Rio Branco de transitar de uma situação para outra, totalmente diferente, sem perder as lições da primeira e sem rejeitar as inovações da segunda. Mais tarde, quando chanceler, fez esse mesmo movimento ao se adaptar à realidade da potência emergente norte-americana, sem no entanto desprezar a importância da Europa para o Brasil. Na carta, Rio Branco, após mostrar não ser um opositor da República, reiterou suas convicções quanto à política e sua lealdade com o que acreditava ser o melhor para o país. Posicionou-se contrário tanto a posturas idealistas e voluntaristas em relação aos países vizinhos, cujo exemplo máximo foi o de o governo provisório aceitar partilhar com a Argentina o território litigioso de Palmas, quanto aos atentados às liberdades individuais no início da República. Escreveu Rio Branco a Rui Barbosa:

A questão hoje, como V. Exa. disse em um telegrama, não é mais entre Monarquia e República, mas entre República e Anarquia. Que o novo regime consiga manter a ordem, assegurar, como o anterior, a integridade, a prosperidade e a glória do nosso grande e caro Brasil, e ao mesmo tempo consolidar as liberdades que nos legaram nossos pais – e que não se encontram em muitas

*das intituladas repúblicas hispano-americanas – é o que sinceramente desejo*¹¹.

A habilidade e a sagacidade de Rio Branco tiveram resultado maior do que o de poupá-lo de ser vítima da República das Espadas, pois esta o nomeou, cumulativamente com o cargo de cônsul, para a função de superintendente-geral do Serviço de Emigração para o Brasil na Europa, com sede em Paris, subordinado ao Ministério da Agricultura. Com isso, poderia permanecer boa parte do tempo na capital francesa, onde residia sua família, e ainda reforçar seu orçamento. Ele ocupou o cargo de superintendente de 1º de agosto de 1891 até 16 de março de 1893¹², quando foi nomeado para missão especial em Washington.

Essas qualidades demonstradas na defesa de sua carreira foram usadas por Rio Branco na defesa, em Washington, da posição brasileira na arbitragem sobre o território litigioso de Palmas. Decreto de 5 de abril de 1893 nomeou-o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial, no lugar de Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, que falecera; contudo, havia dúvidas quanto ao acerto da escolha. Segundo o embaixador Gilberto Amado, embora o barão fosse respeitado como erudito, “pairavam dúvidas em nosso meio [...] sobre sua capacidade como diplomata e negociador”¹³. As dúvidas se justificavam, afinal o barão não exercera cargo diplomático anteriormente nem participara de qualquer negociação.

11 VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p. 151.

12 CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Rio Branco em Liverpool (1876-1896)*. Rio de Janeiro: Divisão de Documentação do MRE, 1970. p. 104.

13 AMADO, Gilberto. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações do MRE, 1947. pp. 16-18.

No entanto, demonstrando sua capacidade decisória, cercou-se de eficientes auxiliares, recusou a exposição de motivos enviada pela Secretaria de Estado, substituindo-a por outra, de sua autoria, para cuja elaboração recorreu a seus conhecimentos históricos e geográficos e de localização de mapas em arquivos. Como resultado, o laudo arbitral do presidente dos Estados Unidos foi totalmente favorável ao Brasil.

Esse resultado fez com que também fosse nomeado para representar o país na arbitragem do litígio entre a França e o Brasil quanto à fronteira entre o Amapá e a Guiana. Com a demora do governo francês em negociar as condições da arbitragem, deterioraram-se as relações entre o representante brasileiro em Paris, Gabriel de Toledo Piza, e o chanceler francês Gabriel Hanotaux, o qual ficou muito irritado. Hanotaux, em conversa particular com Rio Branco, afirmou que, embora a diplomacia francesa desejasse a paz, “há alguns dias recebi do meu colega do Ministério das Colônias um plano completo de expedição militar”, para pôr fim às divergências de limites da Guiana. O barão respondeu que, se ela ocorresse, o Brasil reagiria e não ficaria isolado frente à França¹⁴, o que ele sabia não ser verdade. Era um blefe parcial, pois se provavelmente o Brasil poderia contar com a simpatia da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, rivais políticos da França, o nosso país não tinha condições de enfrentar o poderio militar francês. Esse comportamento ele repetiu mais tarde, como chanceler, com o representante alemão no Rio de Janeiro, quando da violação da soberania brasileira pela canhoneira alemã *Panther*. O Brasil não estava, em uma e

14 LINS, Álvaro. *Rio Branco*. São Paulo: Alfa-Omega; Brasília: Funag, 1996. p. 220.

outra ocasião, preparado militarmente para um enfrentamento, mas nem por isso aceitaria a ameaça do uso da força contra si. Esse foi um padrão de comportamento de Rio Branco, o de contar com as rivalidades entre grandes potências para se precaver da pressão militar de uma delas sobre o Brasil e o de não deixar sua ação diplomática ser contaminada pela posição militarmente frágil do país. Afinal, a sentença do árbitro, o presidente da Confederação Suíça, proferida em 1º de dezembro de 1900, foi inteiramente favorável ao Brasil.

Esse laudo arbitral foi divulgado quando o Brasil já era governado pelo presidente Campos Sales. Por seu trabalho, o Barão do Rio Branco foi recompensado pelo governo brasileiro com pensão anual de 24:000\$000, extensiva a seus filhos e filhas, e com um prêmio de 300:000\$000. A partir de então, já viúvo, teve suas preocupações financeiras minimizadas, mas não totalmente afastadas, pois se preocupava em casar as filhas com homens bem posicionados socialmente, o que, pelos costumes da época, exigia que elas tivessem um dote significativo.

Após o sucesso na arbitragem na Questão do Amapá, Rio Branco foi nomeado ministro plenipotenciário em Berlim, função em que se encontrava quando recebeu o convite para ser ministro das Relações Exteriores do presidente eleito Rodrigues Alves. A notoriedade do barão, sua reputação de vencedor e a prudência com que se manteve afastado das disputas políticas internas, bem como a delicada Questão do Acre a ser resolvida, fizeram dele “candidato natural” ao cargo de chanceler¹⁵. Rio

15 RICUPERO, Rubens. Entrevista do embaixador Rubens Ricupero para a revista *Digesto Econômico. Cadernos do CHDD*, Rio de Janeiro: Funag, ano 11, número especial, p. 287, jul.-dez. 2012.

Branco inicialmente resistiu ao convite, mas, estimulado por amigos e dobrando-se ao destino, terminou aceitando-o. Ao desembarcar no Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1902, foi recebido com verdadeira apoteose, e nesse mesmo dia afirmou em discurso que não serviria a partidos políticos: “Venho servir ao Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro e respeitado”¹⁶. Permaneceu como chanceler de quatro presidentes da República, colocando-se acima das disputas pelo poder, o que, juntamente com sua popularidade cuidadosamente cultivada, deu-lhe grande autonomia de ação.

A atuação do Barão do Rio Branco à frente do Itamaraty foi facilitada pelo acerto das contas públicas, promovida no governo anterior, de Campos Sales, e pela prosperidade econômica do país, graças à agroexportação, principalmente de café e borracha. O bom estado das finanças públicas permitiu, entre outras realizações, que se ampliasse o Ministério das Relações Exteriores, tanto seu quadro de pessoal quanto sua infraestrutura física; que se gastasse com a compra do Acre à Bolívia; e que se organizasse a Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, em 1906, a qual contou com a presença de Elihu Root, o primeiro secretário de Estado na história dos Estados Unidos a visitar oficialmente outro país. Tantos eram os gastos que, no Rio de Janeiro, tornou-se popular a expressão “haja tostão, seu barão”.

Rio Branco assistiu, durante sua permanência na Europa, à ação do imperialismo europeu na partilha da África e no domínio da Ásia e temia que também a América do Sul fosse vítima de algum tipo de violência por parte das potências europeias.

16 Apud LINS, Álvaro. Rio Branco. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945, p. 388.

Em despacho para a legação do Brasil em Buenos Aires ele escreveu em 1904:

*[...] Quando as grandes potências da Europa não tiverem mais terras a [...]colonizar na África e na Austrália hão de voltar os olhos para os países da América Latina,devastados pelas guerras civis, se assim o estiverem,e não é provável que os ampare a chamada Doutrina Monroe, porque na América do Norte também haverá excesso de população (bem como continuará a política imperialista) e já ali se sustenta hoje o direito de desapropriação pelos mais fortes dos povos mais incompetentes [...]*¹⁷.

Ao voltar para o Brasil, Rio Branco se deparou com a situação do Acre; nela, a Bolívia, incapaz de exercer a soberania sobre o território, o cederá a um grupo de especuladores estrangeiros, basicamente britânicos e norte-americanos, organizados no Bolivian Syndicate. Este, na prática, se tornaria um Estado dentro do Estado, pois recebeu do governo boliviano autorização para explorar economicamente o território, rico em borracha, a fim de cobrar impostos e ter exército próprio. Rio Branco já se familiarizara com o problema acreano quando ministro em Berlim, onde fizera gestões junto ao governo do Império alemão e conseguira evitar que banqueiros alemães se associassem ao Syndicate¹⁸. Ciente da ameaça à Amazônia que representaria essa presença

17 Despacho para a legação brasileira em Buenos Aires, 22 de novembro de 1904 apud CONDURU, Guilherme Frazão. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília: IBRI, ano 41, nº2, p. 68, 1998.

18 Cf. SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe. *O Barão do Rio Branco: missão em Berlim (1901-1902)*. Brasília: Funag, 2009.

estrangeira, o barão exercitou suas habilidades: pagou uma indenização ao Bolivian Syndicate, satisfazendo os especuladores e afastando o risco de intervenção de seus governos na questão; e recorreu a seus conhecimentos históricos e geográficos para denunciar o acordo anterior de fronteiras e declarar o Acre território litigioso, obtendo que fosse ocupado militarmente por forças brasileiras, a fim de defender a integridade dos brasileiros lá instalados. Elementos históricos e geográficos amalgamaram-se com a argumentação política para oferecer, a partir de posição de força, uma transação na qual a Bolívia, país mediterrâneo, também teve o ganho de, mediante concessões brasileiras, obter duas saídas para o oceano Atlântico, pela navegação dos sistemas hidrográficos do rio da Prata e do Amazonas.

Convicto da existência de ameaça imperialista sobre o Brasil, opinião que era compartilhada por intelectuais brasileiros da época¹⁹, Rio Branco a dotou princípios de política externa para reduzir seu risco: igualdade jurídica entre os Estados; respeito ao Direito Internacional; e não intervenção nos assuntos internos de outros países. Por ver nas potências europeias a ameaça potencial mais imediata ao Brasil, o barão aprofundou o movimento de aproximação dos Estados Unidos, potência emergente que vinha do século XIX e que correspondia ao interesse do eixo econômico-político brasileiro, o setor exportador de café da região sudeste. Afinal, esse país constituía o maior mercado consumidor do café brasileiro, proporcionando seguidos superávits na balança comercial brasileira há mais de meio século. Não havia disputas entre Brasil e Estados Unidos, e “estávamos longe, não precisávamos temer os ianques, já que não eram eles

19 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 84.

e sim os franceses e ingleses os que poderiam ameaçar-nos no Amapá, em Roraima e no Amazonas”²⁰.

O pragmatismo de Rio Branco reconhecia a emergência dos Estados Unidos como potência e via nesse país o contraponto quer a uma ameaça extra continental, quer para restabelecer o equilíbrio regional, pois a Argentina mantinha estreitas relações com a Grã-Bretanha. O barão se habituara à política de equilíbrio entre as potências europeias, a qual, embora comprometida no final do século XIX, ainda era perseguida por Inglaterra e França. No início de sua gestão como chanceler, o barão buscou aplicar esse conceito em relação à América do Sul, o qual era confortável para ele, um conservador, que via com desconfiança mudanças rápidas ou persistentes instabilidades políticas.

O Barão do Rio Branco buscou criar um contexto externo regional estável para o Brasil, recorrendo ao Pan-Americanismo. No início de sua gestão como chanceler, ele acreditava que nosso país pudesse ser intérprete entre a América hispânica e os Estados Unidos, reduzindo o abismo que separava ambos, e, em ação coordenada com a Argentina, liderar a criação de um ambiente politicamente estável na América do Sul, pacífico nas relações inter-regionais e, alcançada essa estabilidade institucional, de prosperidade econômica. Para tanto, estabeleceu como diretriz a abstenção nos assuntos internos dos países vizinhos e o apoio a seus governos constitucionais, independentemente de suas posições com respeito ao Brasil. Pensava que os golpes de Estado vitoriosos serviam de exemplo para estimular outros, aumentando a instabilidade política na América do Sul, o que poderia ser usado como pretexto por potências extrarregionais

20 RICUPERO, Rubens. Um doce crepúsculo: a diplomacia de Joaquim Nabuco. *Revista USP*, São Paulo, n. 83, pp. 86-103, set.- nov. 2009.

para promover intervenções em nome da defesa da integridade e do interesse de seus cidadãos²¹. O Brasil há pouco vivera período de instabilidade política e, caso isso se repetisse, também poderia ser vítima de tais intervenções.

A política de Rio Branco para a América do Sul invertia aquela exercitada pelo Império do Brasil. Para a elite do Estado Monárquico, os países hispânicos eram inimigos em potencial, por terem história e cultura diferentes e por serem repúblicas dominadas por caudilhos causadores de permanente instabilidade política. Nessa perspectiva, acreditava-se, pelo menos até o início da década de 1880, que uma Argentina próspera e forte significaria uma importante ameaça para o Império, quer por servir de estímulo a movimentos republicanos brasileiros, particularmente no Rio Grande do Sul, quer por poder iniciar uma guerra contra o Brasil. Já Rio Branco, chanceler de um Brasil republicano, somente temia vizinhos pobres e instáveis, enquanto via na prosperidade destes um fator favorável à segurança brasileira. Nas palavras do barão: “Não temos a pretensão de exercer influência política em nenhum dos Estados limítrofes. O que desejamos mui sincera e convencidamente é que todos eles vivam em paz, prosperem e enriqueçam. Um vizinho turbulento é sempre um vizinho incômodo e perigoso²².”

Tinha, sim, a pretensão de colocar o Brasil como líder na estabilização regional. Seria um tipo de liderança sem fins he-

21 RIO BRANCO para ITIBERÊ DA CUNHA, ministro plenipotenciário do Brasil no Paraguai. Ofícios reservados nº 1, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1904; nºs 2 e 3, ambos de 19 de dezembro de 1904. Arquivo Histórico do Itamaraty, Missões Diplomáticas Brasileiras – Assunção – Despachos, 202-1-1.

22 RIO BRANCO para ITIBERÊ DA CUNHA, ministro plenipotenciário no Paraguai. Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1905. Arquivo Histórico do Itamaraty, Missões Diplomáticas Brasileiras -- Assunção – Despachos, 202-1-1.

gemônicos, mas, sim, para preservar a integridade dos países sul-americanos, bem como a paz entre eles. Para ganhar a confiança argentina quanto à sinceridade brasileira, não criou obstáculos à vitória da Revolução Liberal de 1904 no Paraguai, a qual levou o país a se tornar área de influência da Argentina. Rio Branco, cioso de manter equilíbrios, não via nessa cessão um risco, pois o Uruguai tinha relações complicadas com a Argentina, mas estreitas com o Brasil, estabelecendo-se, assim, um *status quo* platino de equilíbrio reforçado, em 1909, com a concessão brasileira do condomínio da lagoa Mirim e do rio Jaguarão aos uruguaios. No entanto, o equilíbrio platino não rendeu frutos às sondagens do barão junto à Argentina, em 1904 e 1905, para uma cooperação regional entre os dois países²³. Pouco depois, em 1908, as relações bilaterais deterioraram-se como consequência das desconfianças geradas em Buenos Aires com o programa de rearmamento naval brasileiro, o qual, entre outras compras, encomendou em estaleiro inglês três encouraçados pesados, os *dreadnoughts*, os quais eram, no momento da entrega, os mais poderosos no mundo. A decisão da compra decorreu, em parte, de gestões dos estaleiros ingleses, interessados em sair à frente na produção desse tipo de belonave²⁴, e sobre ela o Rio Branco tinha restrições:

23 Em diferentes conversas com o representante argentino no Rio de Janeiro, Manuel Gorostiaga, Rio Branco insistiu sobre a conveniência de um acordo entre Argentina e Brasil para se manter a paz na América do Sul, que seria a salvação contra uma intervenção europeia na região.

Manuel GOROSTIAGA para Carlos Rodríguez LARRETA, ministro de Relações Exteriores da Argentina. Nota 274, Petrópolis, 9 de novembro de 1904. Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto (Argentina), Legaciones Argentinas –Paraguay [sic], Caja 852.

24 MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, Forças Armadas e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 162.

Com seis encouraçados menores estaríamos melhor. Se perdêssemos um ou dois em combate, ficariam quatro ou cinco para combater. E com os três monstros? Desarranjados ou destruídos dois, ficaríamos com apenas um. Não concorri para a adoção desses planos²⁵.

Após quase sete anos à frente do Itamaraty, o Barão do Rio Branco reconheceu, implicitamente, que seu projeto de um Brasil líder na América do Sul havia sido frustrado. A Argentina não aceitara coadjuv-lo, o que era compreensível, posto ser ela muito mais poderosa econômica e militarmente do que nosso país. Na realidade, o barão via o Brasil como poderoso, projetando-se internacionalmente, a partir dos critérios do tamanho territorial, de seus recursos naturais e da antiga respeitabilidade externa, em recuperação. Frustrado em seu projeto inicial, Rio Branco adaptou-se à nova realidade e aceitou, com o mesmo entusiasmo, compartilhar poder com o Chile, quando o chanceler chileno propôs um pacto entre seu país, o Brasil e a Argentina, o qual também não se concretizou. Apesar disso, foi positivo o saldo da política do barão quanto aos países vizinhos, pois aumentou o grau de confiança deles quanto ao o Brasil, e, no caso da Argentina, já em 1910 as relações bilaterais se tornaram excelentes, com a ascensão de Sáenz Peña à Presidência dessa República.

Escrevendo no *Jornal do Commercio* sem identificar-se, Rio Branco afirmou que graças à ação do Itamaraty o Brasil estabele-

25 RIO BRANCO para DOMÍCIO DA GAMA. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1908, apud FRANÇA, Tereza Cristina Nascimento. *Self made nation: Domício da Gama e o pragmatismo do bom senso*. 2007.394f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. p. 207. Disponível em:<<http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4895/3/Tereza%20Cristina%20N%20Franca%20-%20tese%20Domicio%20da%20Gama.pdf>>.

lecera “um amplo contato com as nações civilizadas, perante as quais é hoje uma nação ordeira, em que há opinião pública ativa e progresso material”. Afirmava que a diretriz diplomática brasileira tinha sido a defesa da paz e “dos nossos interesses econômicos” e que não havia brasileiro “no sertão mais longínquo [...] que não se sentisse orgulhoso pelo conceito que adquiriu sua pátria”²⁶.

Efetivamente, o Barão do Rio Branco deu início à recuperação da autoestima nacional quando obteve o laudo arbitral favorável na Questão de Palmas. Autoestima reforçada com a vitória na Questão do Amapá, um pouco abalada com o resultado desfavorável na Questão do Pirara, mas logo recuperada com a solução da Questão do Acre de modo favorável ao Brasil, e reforçada com a realização da Conferência Pan-Americana de 1906 no Rio de Janeiro, com a participação na Conferência de Haia em 1907 e com o recebimento dos encouraçados superpesados. Aumentava a autoestima nacional, durante a primeira década do século XX, a sensação crescente de progresso, que era verdadeiro, mas praticamente restrito à região Sudeste e, de modo efêmero, à Amazônia: o Rio de Janeiro passava por modernização urbanística e de infraestrutura; a cidade de São Paulo, impulsionada pelo café, deixava de ser provinciana – as ferrovias, ícone do progresso, penetravam pelo interior paulista; e a Amazônia era impactada pelo ciclo da borracha, que trouxe prosperidade a Belém e Manaus. No entanto, o Brasil era pobre em 1902 e assim continuava em 1910, e a moderni-

26 As relações exteriores do Brasil durante a Presidência Afonso Pena. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1909. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Funag, 2012. v. X (Artigos da Imprensa). p. 526.

dade almejada por Rio Branco e um grupo de intelectuais contemporâneos seus era epidérmica e localizada geograficamente. O sertão, citado pelo barão, continuava o que sempre fora: subutilizado economicamente, habitado por uma população carente, sem escolaridade e dominado pelo coronelismo. Mesmo o Rio de Janeiro assistiu, em 1910, ao maior símbolo do poder militar do Brasil, o poderoso encouraçado *Minas Gerais* ser tomado por marinheiros sublevados que voltaram seus canhões contra a cidade indefesa. Dois anos depois, em janeiro de 1912, a cidade de Salvador foi bombardeada, envolvendo efetivos federais, em razão de disputas intraorligárquicas.

Desde sua volta ao Brasil, em 1902, Rio Branco viveu no núcleo mais moderno do país, o Rio de Janeiro. Ele não viajou e, na realidade, conhecia pouco o país profundo; mesmo quando jovem, esteve apenas em Mato Grosso, São Paulo e nas regiões litorâneas entre Rio de Janeiro e Pernambuco. Conhecia a geografia do Brasil, conhecia sua história, mas não o vira realmente, e o idealizava a partir das suas convicções de um conservador que não era avesso a reformas. A “utopia possível” de Rio Branco era a de um país estável politicamente, inserido soberanamente na modernidade do mundo europeu e norte-americano, desfrutando dos ganhos propiciados pela agroexportação, beneficiado pela entrada de imigrantes e, no plano internacional, em paz com seus vizinhos e respeitado pelas grandes potências. É factível supor que, no início da década de 1910, o barão tivesse maior percepção da dificuldade de realizar esse projeto quando se mostrava persistente o arrasto de práticas antigas, como os castigos corporais a marinheiros ou a chamada política salvação do presidente Hermes da Fonseca, desrespeitando pre-

ceitos constitucionais ao intervirem estados da federação para afastar governadores que lhe faziam oposição. As adversidades internas não impediram Rio Branco de manter-se ativo e coerente à frente do Itamaraty, como o demonstra sua iniciativa de ação coordenada com a Argentina quanto à guerra civil paraguaia de 1911-1912²⁷.

Aquele Brasil do início do século XX compartilhou da “utopia possível” do Barão do Rio Branco, a quem reconhecia como exemplo de servidor público dedicado e competente, que trabalhava para moldar um Brasil moderno. No entanto, se o modelo de estabilidade oligárquica com modernização não prosperou, melhor sorte teve a inserção externa do país pensada por Rio Branco, pois desfrutamos, desde então, de relações pacíficas com as repúblicas sul-americanas e de respeito internacional. Aliás, uma característica da política externa brasileira foi a de o Brasil obter resultados externos superiores a seu poder nacional. Isto se explica, em parte, pelo Itamaraty ter preservado diretrizes e métodos estabelecidos pelo barão, modernizando-os em resposta às mudanças mundiais. Essa capacidade da diplomacia brasileira de atualizar-se sem ignorar o passado, mantendo coerência em suas linhas mestras, constituiu indiscutível vantagem negociadora que trouxe benefícios ao país. Capacidade que, por sua vez, é exercida por quadros oriundos do Instituto Rio Branco, de designação auto explicativa e cuja função vai além de dar boa formação técnica ao diplomata brasileiro, socializando-o, tendo como referência o exemplo do barão de servir à nação, não dela se servir.

27 DORATIOTO, Francisco. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)*. Brasília: Funag, 2012. p. 208.

Formato	15 x 21 cm
Mancha gráfica	10,4 x 15,4cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), couché fosco 230g (capa)
Fontes	Aaron Becker 16/19,2 (títulos), Chaparral Pro 11,5/15 (textos)

Obras reeditadas

- Introdução às Obras do Barão do Rio Branco
- I Questões de Limites - República Argentina
 - II Questões de Limites - Guiana Inglesa
 - III Questões de Limites - Guiana Francesa - 1ª Memória
 - IV Questões de Limites - Guiana Francesa - 2ª Memória
 - V Questões de Limites - Exposições de Motivos
 - VI A e B - Efemérides Brasileiras
 - VII Biografias
 - VIII Estudos Históricos
 - IX Discursos
 - X Artigos de imprensa